

Atuação dos movimentos feministas durante a pandemia de Covid-19

Anne Karoline Rodrigues Vieira

Doutoranda em Ciência Política pela Universidade de Brasília

Introdução¹

Este Relatório analisa a atuação dos movimentos feministas brasileiros, na defesa do direito ao aborto, durante a pandemia de Covid-19. O objetivo é saber como esses movimentos passaram a atuar em um momento de instabilidade e incertezas; se o aborto continuou sendo uma pauta prioritária para eles e quais ações foram adotadas para que se defendesse essa pauta. Constatou-se que esse período de crise sanitária impactou a atuação dos movimentos feministas. Pautas que se mostraram mais urgentes, como a fome e o aumento da violência contra as mulheres, dividiram espaço com o debate sobre o aborto. Nesse momento, o uso da internet foi essencial para divulgar o posicionamento dessas organizações contra os retrocessos do Governo Federal, principalmente aqueles relacionados ao aborto.

Para esta pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito representantes de organizações e movimentos feministas que se envolveram direta ou indiretamente no debate sobre a descriminalização ou legalização do aborto no país. Para a determinação de quais eram esses movimentos e organizações partiu-se, primeiramente, de análise bibliográfica e, posteriormente, de uma entrevista exploratória com uma ativista feminista, que também está vinculada ao campo acadêmico e que realiza, há bastante tempo, pesquisas na área. Nesta entrevista exploratória foram informados os nomes de diversas organizações vinculadas com a legalização do aborto, o que nos permitiu ter acesso a um quadro amplo daqueles que trabalham com essa temática. Além das entrevistas com os movimentos feministas, ainda foi realizada uma entrevista com uma assessora da liderança do PSOL na Câmara dos Deputados, para poder captar também a visão dos atores políticos institucionalizados que estão articulando com esses movimentos neste período.

As entrevistas foram realizadas entre julho de 2021 a janeiro de 2022. A partir das entrevistas, foi possível coletar dados sobre como ocorreu a interação das organizações com o sistema político em relação à pauta do aborto, além da percepção delas desse período distinto e como está ocorrendo a atuação durante a pandemia. Ressalta-se que no interior do movimento feminista há uma gama diversa de organizações, que possuem características próprias, apesar de se envolverem com a mesma temática.

¹ Agradeço ao Grupo de Pesquisa Resocie – Repensando as relações entre sociedade e Estado pelo apoio na elaboração deste relatório e ao projeto de pesquisa “Movimentos sociais no sistema político brasileiro”, financiado pela FAP-DF, do qual este relatório é proveniente.



A necessidade de mudança na atuação

A pandemia se mostrou um grande momento de mudança na atuação das organizações feministas e na articulação delas com outros atores. Nas palavras das próprias entrevistadas podemos captar essas mudanças, com relatos sobre a desmobilização e a necessidade de se manter atentas às mais diversas ações promovidas pelo Governo Federal neste período.

Então, assim, a gente teve um processo de desmobilização muito grande por conta da pandemia, estamos, assim, no processo de tentar retornar a fazer algum tipo de articulação (Entrevistada D).

Eu acho que durante a pandemia a gente passou a ficar mais atenta pras sutilezas. [...] Então a gente começou a ampliar o radar pra ver todos os momentos em que a gente podia vincular (Entrevistada E).

Com as restrições impostas pela pandemia de Covid-19 houve uma alteração drástica na rotina diária das pessoas. A articulação feminista pela garantia de ampliação do direito ao aborto ou pelo bloqueio de ações contra o aborto (Zarembeg e Almeida, 2021) não deixou de sentir os efeitos dessa nova realidade, posta desde março de 2020, e podemos perceber isso a partir das seguintes falas:

Porque a pandemia mexeu com as estruturas de todos os grupos e nós, enquanto pessoas, que a gente tinha um trabalho de ir e vir e essa coisa toda de participação, de estar na frente de muitas ações aí, até mesmo no Congresso, ou seja, nós deixamos, porque a pandemia não possibilitou a gente ficar fazendo isso aí (Entrevistada C).

Então, se vê um Congresso vivendo a partir da pauta imediata que é imposta pelo governo e pelos presidentes da Casa. Com a pandemia isso se agravou muito mais, por não ter construção de agenda, não ter Colégio de Líderes durante boa parte do ano e a pauta ser negociada a partir do poder do Presidente da Câmara e da pressão do governo (Entrevistada B).

Dessa maneira, a partir das informações coletadas, é possível afirmar que a pandemia dificultou as ações dos movimentos feministas junto ao Congresso Nacional. Isso se deve aos protocolos de distanciamento social impostos nesse período, com o objetivo de impedir a contaminação pelo vírus. Sendo assim, essas ações ficaram restritas a articulações nas mídias sociais, incidindo sobre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e na produção de



materiais para denúncias sobre ações controversas adotadas pelo Governo Federal (CFEMEA, 2020).

O período de pandemia claramente dificultou a articulação feminista em torno da pauta do aborto². Em um momento em que o mais importante era a luta pela vida de milhares de brasileiros diante um vírus desconhecido – o COVID-19 – e com a reconhecida inoperância do Governo Federal na gestão dessa crise, os movimentos viram a necessidade de se articular em torno de pautas mais emergenciais.

Talvez, assim, pelo próprio fato de que a pandemia ela gera, vamos dizer assim, uma saturação da agenda política, né, que é difícil falar sobre outras coisas. Isso, no geral, a gente vê que em outros momentos de emergência sanitária isso já aconteceu. E a discussão sobre direitos sexuais e reprodutivos ela sofre nesses contextos, né, isso já é bem documentado de outras experiências (Entrevistada F).

[...] porque com a pandemia mudou muito a dinâmica tanto do Congresso quanto das urgências da vida, né. Então, muitas das mulheres hoje não... infelizmente o tempo da ação política pra, por exemplo, reagir ao fechamento de serviços, que é algo muito crítico, ele não é possível porque as pessoas estão passando fome, né (Entrevistada B).

Há, nesse período, um aumento considerável de denúncias relacionadas à violência contra a mulher e de feminicídios. Apenas em 2020 foram 1.338 mulheres mortas no país por sua condição de gênero³. Diante desse cenário as entrevistadas apontam que

[...] tem um debate da emergência da vida e da sobrevivência que tá colocado hoje que, por exemplo, a grande campanha que surge dessa articulação é o Levante Feminista contra o Feminicídio, porque o número de feminicídios durante a pandemia foi uma coisa absurda. E acaba que a gente fica um tanto sem condições de colocar força e peso numa articulação de uma campanha como aborto (Entrevistada D).

No período da pandemia a gente tava mais preocupado com as mulheres morrendo, assim. O aumento da violência doméstica assustador, as mulheres negras morrendo muito mais, morrendo de Covid, inclusive. Demora em vacinar a população negra foi muito maior também. Então assim, a fome, a nossa prioridade era garantir auxílio, fizemos muitas duras batalhas aqui pra, enfim, pra

² Contudo, deve ser pontuado que não apenas a pandemia dificultou a atuação feminista. O contexto político já vinha apresentando obstáculos para a atuação dos movimentos, devido às iniciativas do Governo Federal contra a participação social.

³ Fonte: Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/brasil-registra-1338-femicidios-na-pandemia-com-forte-alta-no-norte-e-no-centro-oeste.shtml>. Acesso em: 23 de abril de 2022.



reorientação, enfim. [...] Então durante a pandemia, de fato, não se discutiu aborto, nesses termos, discutia em relação... a gente propôs uma comissão externa que o deputado não deferiu, o presidente, que era pra estudar os impactos da pandemia na vida das mulheres (Entrevistada G).

Sendo assim, o foco da articulação dos movimentos feministas, nesse momento, não fica apenas na luta pelo direito ao aborto, passando também a ser enfatizada as bandeiras de combate à violência contra as mulheres e à fome. Sendo promovidas, para isso, diversas ações durante esse período.

Isso não significa, contudo, que o aborto deixou de ser uma pauta para as feministas. Prova disso é um dos fatos que ocorreram durante a pandemia e que causaram maior engajamento por parte dos movimentos feministas em relação ao aborto. Foi o fechamento, por parte do Governo Federal, de diversos serviços que garantiam a realização do abortamento previsto em lei. Boa parte da ação dos movimentos feministas durante a pandemia foi voltada para mostrar o posicionamento em relação ao risco de os serviços de abortamento legal serem fechados, tendo como justificativa a pandemia. Diversas entrevistadas comentaram sobre esse momento:

Na pandemia teve vários serviços que fecharam, aí a gente foi pra cima, como foi aqui no caso de São Paulo, o Pérola Byington que é um hospital de referência, né. Aí fecharam pela Covid, nós fomos pra cima “não, que absurdo”. Justamente nesse momento que esse serviço tem que tá aberto pras mulheres não se arriscarem e garantir. É um serviço essencial pra garantir o direito das mulheres e das meninas, né (Entrevistada H).

Então houve mudança, houve um recrudescimento ainda maior, né. E um exemplo foi esse que eu coloquei pra você aí de considerar os serviços de aborto legal não essencial, né, foi algo muito grave ocorrido durante essa pandemia (Entrevistada C).

Porque foi nesse período de pandemia que veio uma portaria que dizia que o serviço de abortamento não era um serviço essencial. E aí, portanto, houve um fechamento desses serviços porque não era essencial (Entrevistada C).

E, durante a pandemia, pela urgência da vida, o que aconteceu foi de a gente assistir o fechamento de serviços (Entrevistada B).

As organizações chegaram a pedir informações ao Executivo Federal em relação ao fechamento desses serviços de abortamento legal durante a pandemia. De acordo com uma das entrevistadas o que acontecia era que “Eles [Executivo] mandavam cinicamente a resposta



dizendo que tava tudo bem, que ninguém tinha fechado nada e que os centros continuavam funcionando” (Entrevistada G).

Mas não apenas requerimentos de informações eram produzidos. Os movimentos também se posicionaram de forma pública contra as medidas de limitação dos serviços de aborto. Isso está evidente na fala da entrevistada E: “A gente se posicionou quando veio aquela portaria dizendo que não é prioridade atender serviços de violência sexual durante a pandemia, isso foi em junho, eu acho, do ano passado [2020]” (Entrevistada E).

Uma das entrevistadas ressaltou que um grande problema é que os serviços de aborto legal não são publicizados, isso desde antes da pandemia de Covid-19, o que dificultou ainda mais saber se eles estavam ou não funcionando nesse momento de crise sanitária. Nas palavras da mesma: “O serviço [de abortamento legal] não é divulgado. Então um monte de gente já ficava sem saber, com a pandemia ficou pior. Piorou porque ele já não era um serviço amplamente divulgado, sabe” (Entrevistada E). Isso, conseqüentemente, dificulta para aquelas que buscam realizar esse serviço.

Algumas críticas recaíram no Legislativo, uma vez que os movimentos feministas se sentiram sozinhos para combater o fechamento dos serviços: “[...] o poder Legislativo deveria cumprir o seu papel de fiscalizar e garantir ao menos os serviços que estavam abertos antes da pandemia. E agora a gente sabe que fecharam-se muitos” (Entrevistada B). A entrevistada B continua afirmando que esse momento serviu para “[...] confirmar a incapacidade do Legislativo em agir para a garantia das políticas públicas, pelo seu papel fiscalizador” (Entrevistada B). O Legislativo, durante esse período de crise sanitária, conta com o perfil mais conservador desde a redemocratização (CFEMEA, 2019), o que vem impedindo que os movimentos feministas atuem de forma mais intensa na promoção do direito ao aborto, nesse espaço. Contudo, algumas parlamentares, principalmente as integrantes da Frente Parlamentar Feminista Antirracista, se tornaram um ponto de apoio das feministas no Legislativo nacional.

O fechamento dos serviços retrata o posicionamento do Governo Federal atual, uma vez que a própria Organização Mundial da Saúde - OMS indicou que tais serviços não deixassem de serem prestados durante a crise sanitária. Ainda, alguns técnicos do Ministério da Saúde também reforçaram, em nota, que esses serviços deveriam ser mantidos abertos. Por contradizerem o posicionamento do próprio governo, eles acabaram sendo demitidos. Diante dessa situação os movimentos feministas se posicionaram contra essas demissões e reforçaram o conteúdo da nota técnica produzida por esses funcionários do Ministério da Saúde.



E a equipe foi demitida, né, aquela equipe que fez a portaria e que era uma norma, orientação da Organização Mundial da Saúde. Nós fizemos uma carta, junto com a Frente [...] então essas notas, esses posicionamentos são se solidarizando com os técnicos, né, mas não com os cabeças políticos, que a gente não vê possibilidade (Entrevistada E).

A atuação por meio virtual

Pela impossibilidade de ações presenciais, as organizações feministas migraram as suas atividades e incidências políticas para plataformas online, como é ressaltado pelas entrevistadas:

[...] com a coisa da pandemia a gente, claro, se retrai. Aí tudo o que a gente faz é via eletrônica, online (Entrevistada H).

E começaram a mexer e dizer ‘tem que usar o Twitter, tem que usar o Instagram’. Então, o uso do Instagram foi uma das coisas. Porque aí é coisas curtas, que fizeram o tal dos cards e toda essa linguagem que eu não sabia (Entrevistada E).

Algumas autoras (Sarmiento, 2021; Holanda e Costa, 2018) já vinham entendendo o “online” como uma nova dimensão do ativismo feminista, não apenas como um espaço de militância. As dinâmicas que surgem nesse espaço geram novos desafios. Por um lado, elas conseguem alcançar novos espaços, visibilidade e apoiadoras, por outro acabam sofrendo de ataques virtuais e tendo que lidar com haters (Sarmiento, 2021; Holanda e Costa, 2018). Esse enfrentamento da violência digital de gênero é um reflexo do machismo já enfrentado em outras esferas não virtuais.

Uma das iniciativas online captadas a partir das entrevistas foi a realização de cursos, oficinas e encontros, relacionados ao aborto, através do Youtube.

Bom, num dos projetos que a gente fez no ano de 2020, a gente fez gravações, porque era pra fazer curso ao vivo, né, os cursos que a gente sempre fez, geralmente mobilizando profissionais de saúde, auxiliar de enfermagem, nível médio ou universitário, a gente acabou gravando essas aulas. E um dos temas, tudo o que a gente faz, um dos temas que sempre aparecem é o aborto. Então a gente tem uma videoaula específica sobre o aborto, que tá disponível, né, pra quem quiser usar. E a gente, nos 28 de setembro, também sempre fazemos ou uma live, um debate ou um debate ao vivo no tempo que era possível (Entrevistada E).



E, nesse momento, nós temos, como ficamos restritas ao ambiente do lar com essa pandemia, então nós temos feitos muitos trabalhos via Youtube, entrevistas, seminários, que a gente apresenta aí pelo Youtube. Então como uma forma de levar para aquilo que a gente acredita para as pessoas [...] E, nesse período de pandemia, né, como ficamos com todas essas restrições, né, então aí que nós temos utilizado mesmo as redes sociais e com muita ênfase o Youtube para mostrar e mostrar o nosso trabalho e apresentar ações aí através do Youtube (Entrevistada C).

[...] muitos trabalhos via Youtube, redes sociais, onde a gente coloca muito isso aí, fazendo campanhas, fazendo publicações, temos inúmeras publicações sobre essa temática, né (Entrevistada C).

Eu, por exemplo, fiz algumas oficinas online, inclusive com mulheres populares, mas não é tão fácil. É um tema mais difícil de você conversar somente online. É um debate que quando você faz presencial, ele flui mais, não é tão fácil. Então, nesse sentido, a pandemia dificultou muito, ele dificulta muito você fazer esse debate. E dificultou mais ainda fazer atos. Eu acho que tem uma dificuldade (Entrevistada H).

Além disso, foi possível perceber que as plataformas de redes sociais se tornaram canais importantes para se divulgar a importância da legalização do aborto e alcançar um público que, a partir de outros meios, não seria possível. É possível afirmar que essa nova dimensão de ativismo, que foi intensificada durante a pandemia, conseguiu atingir um público mais jovem, conectando as organizações com um histórico de engajamento político e feministas que nunca fizeram parte de organizações (Sarmiento, 2021). Isso é observado a partir das seguintes falas:

As pessoas veem e falam “Ah, que bom, que bom que tem vocês pra alertar, pra falar sobre essas coisas”. Coisas que não são faladas, que as pessoas não falam (Entrevistada C).

[...] o fato dessa campanha [contra o PL da gestante] ter levado informações do monitoramento, de como estava se dando a tramitação pras redes sociais, pelo menos no Tiktok muitas meninas falaram sobre isso, falaram do problema do projeto. E foi muito interessante de assistir porque não é um público que a gente aciona, não é um público que a gente atinge, nos nossos radares semanais. Mas quando o PL tava em debate e com articulação entre vários movimentos feministas, a gente conseguiu ter uma ação nas redes sociais, teve uma vastidão, viralizou e teve, por exemplo, um tiktok de uma menina que não era do movimento feminista, ela é uma ativista de redes, mesmo, que fez um vídeo no Tiktok de um minuto e mais de dois milhões de pessoas assistiram numa semana (Entrevistada B).



Além dessas ações mais voltadas para a publicização da temática do aborto, para um público variado, se observa que também ocorreram ações online com o objetivo das feministas expressarem os seus posicionamentos, divulgarem notas de repúdio e se engajarem por meio das plataformas de redes sociais, devido as ações que vinham sendo promovidas, pelo poder Executivo, contra o aborto.

E nós, desde o nosso local, a gente tentava barrar por meio disso aí que eu já falava com você, nas redes sociais, nossas notas de repúdio [...] (Entrevistada C).

No período da pandemia elas [ações] praticamente foram só virtuais. Então é nota, é aquele, como é que chama, quando faz chuva de... eu nem sei fazer isso, eu nem sei entrar no Twitter, eu não entro no Instagram, eu tenho 75 anos, sou bem devagar com a nova tecnologia. Então eu sei que o pessoal pede uma chuva de isso, chuva aquilo, pra descarregar (Entrevistada E).

Então nós como Frente, nossas organizações, nós fizemos uma carta, fizemos uma nota, destruindo toda essa ideia do estatuto, fizemos toda uma proposta, um trabalho nas redes sociais, porque a gente tava vivendo pandemia, ainda estamos, né, então toda uma ação nas redes contra esse projeto [Estatuto da Mulher Grávida] (Entrevistada H).

Sendo assim, é possível afirmar que essas tecnologias digitais se mostraram úteis para tentar barrar ações contra o aborto que estavam vindo do Legislativo, mas principalmente do Executivo, durante o governo Bolsonaro, mostrando a relação entre este momento de crise e a forma como se utiliza esse mecanismo.

E nós, desde o nosso local, a gente tentava barrar [proposições contra o aborto] por meio disso aí que eu já falava com você, nas redes sociais, nossas notas de repúdio, a gente escrevia em veículos, em vários veículos de comunicação, denunciando mesmo, sabe (Entrevistada C).

Na época nós fizemos, assim, foi um barulho, porque nós fomos aí tanto pra mídia quanto pras redes sociais pra mostrar o nosso desagrado a essa situação (Entrevistada C).

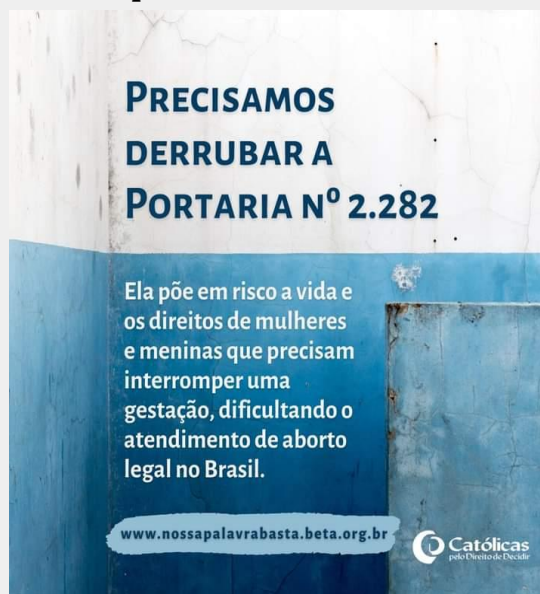
[...] pra gente ter alguma condição de debate nas redes, na mídia, pra reagir à investidas anti-direitos do Congresso Nacional (Entrevistada B).

Para ilustrar as ações promovidas a partir das mídias sociais, relacionadas a esse período de pandemia, apresentamos aqui alguns exemplos de publicações que foram extraídas dos perfis de duas organizações feministas.



Em uma publicação na rede social Facebook, no dia 5 de setembro de 2020, o Católicas pelo Direito de Decidir se posicionou em relação à Portaria nº 2.282, a qual tratava sobre o procedimento de justificação e autorização da interrupção da Gravidez, do Ministério da Saúde. A organização a considerou como um grande retrocesso nos direitos reprodutivos das mulheres e meninas, isso porque tal portaria impediria que aquelas que desejassem abortar, de acordo com os casos previstos em lei, realmente o fizessem.

Figura 1. Publicação do Católicas pelo Direito de Decidir contra a Portaria nº 2.282



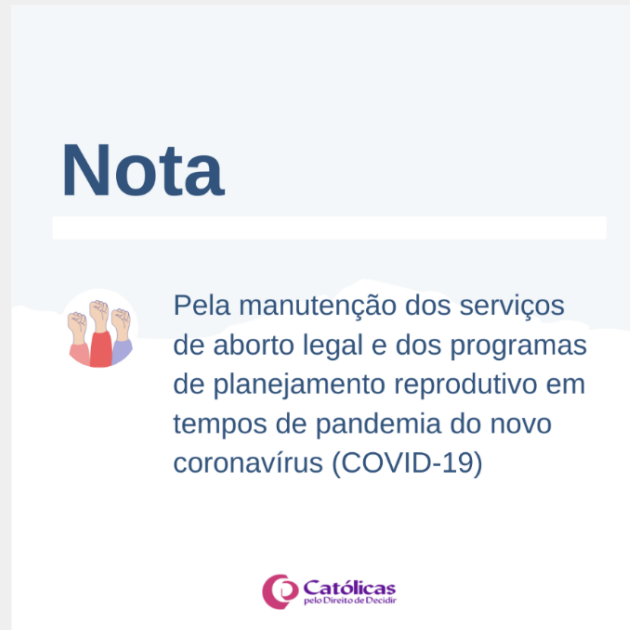
Fonte: <https://www.facebook.com/catolicasdireitodecidir>.
Acesso em: 19 de janeiro de 2022.

Houve uma articulação dos movimentos feministas e parlamentares com o objetivo de barrar essa portaria. Como resultado, foi apresentado o Projeto de Decreto de Lei (PDL) nº 386 de 2020, no Senado, e do PDL 381/2020, na Câmara dos Deputados, que tinham exatamente o objetivo de sustar os efeitos da referida portaria. A partir desse exemplo é possível perceber que o apoio das parlamentares integrantes da Frente Parlamentar Feminista Antirracista, comentada acima, é essencial para barrar ações contra o aborto em um Legislativo marcado pelo conservadorismo.

Outra publicação do Católicas é a exposta abaixo, relacionada com o fechamento dos serviços de abortamento legal, já comentado anteriormente. Nessa postagem de 2020, também realizada no Facebook da organização, há a divulgação da nota produzida pelo Católicas, em que se defende a manutenção desses serviços durante a pandemia de Covid-19.



Figura 2. Publicação do Católicas pelo Direito de Decidir divulgando nota

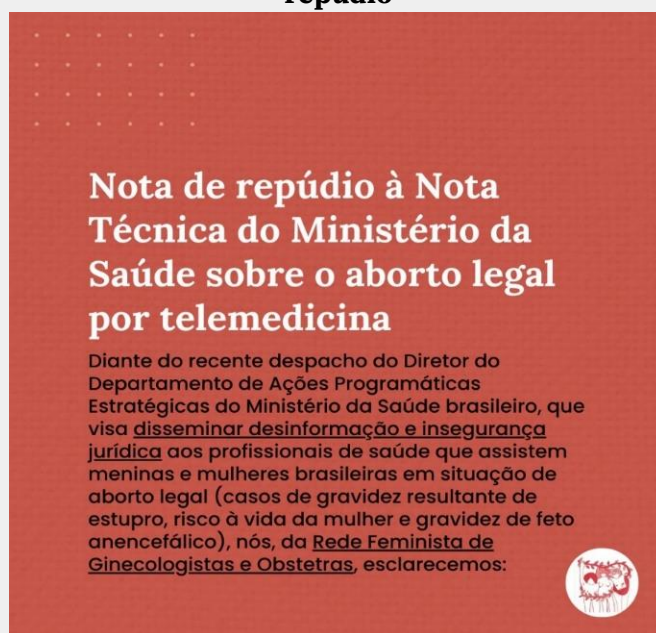


Fonte: <https://www.facebook.com/catolicasdireitodedecidir>.
Acesso em: 19 de janeiro de 2022.

Outra publicação que evidenciamos aqui é da Rede Feminista de Ginecologistas e Obstetras. Esse *post*, de 2020, da página do Facebook da organização, tinha como objetivo divulgar nota de repúdio contra a nota técnica do Ministério da Saúde, que trazia informações contrárias à realização do aborto legal por telemedicina, durante a pandemia. O uso da telemedicina para o atendimento das mulheres que desejassem realizar o aborto foi uma bandeira levantada pelas organizações feministas vinculadas com a área da saúde. Essa prática seria importante para evitar que mulheres e meninas frequentassem os hospitais lotados e se contaminassem com o vírus da Covid-19.



Figura 3. Publicação da Rede Feminista de Ginecologistas e Obstetras divulgando nota de repúdio



Fonte: <https://www.facebook.com/redefeministadego>. Acesso em: 19 de janeiro de 2022.

Por fim, é preciso ressaltar as iniciativas ligadas à busca pelo avanço dos direitos sexuais e reprodutivos, durante esse período, mesmo que restritas. Em relação à telemedicina, comentada acima, uma das organizações atuou para tentar garantir que o atendimento das mulheres, que desejassem realizar o aborto, fosse feito por meio dessa prática, com a administração de medicamento na própria casa da mulher, sem a necessidade de se deslocar para hospitais que estavam lotados de casos de Covid-19.

E depois com essa questão da telemedicina, justamente entendendo que pode ser a grande via de expansão de acesso, né, em uma situação em que às vezes os hospitais estão lotados, enfim, ou que não há um serviço perto dessa mulher, a telemedicina seria o caminho pra gente tá atuando bem por aí (Entrevistada F).

Outra forma de atuação, dessa mesma organização, foi a elaboração de um protocolo, para o hospital de Uberlândia, que permitisse a realização do aborto legal no período acima de 22 semanas de gestação. A adoção desse protocolo foi importante nesse período, segundo a representante dessa organização, uma vez que

[...] a gente conseguiu identificar que havia um diagnóstico de que as meninas especialmente, mas também mulheres, por várias razões relacionadas à pandemia, estavam chegando mais tarde no serviço de aborto, né, ou seja, com gestações mais avançadas. Então era preciso



que houvesse um amparo pra essas mulheres e meninas, por isso a gente trabalhou nesse protocolo que, enfim, ele serve hoje de modelo, né, pra todos os hospitais também implementam (Entrevistada F).

Além disso, essa mesma organização criou um canal no Whatsapp para que as mulheres pudessem ter acesso facilitado a informações sobre serviços de abortamento legal que estivessem funcionando durante a pandemia.

[...] [o canal] se chama “Eu cuido, eu decido”, que é mesmo um número de Whatsapp que você adiciona nos seus contatos e ele funciona como um menu informatizado, da mesma forma, a gente imitou o modelo que a OMS criou bem no início da pandemia. Que aí você manda um “oi” e ele manda um menu. Nosso objetivo era justamente facilitar o acesso à informação sobre o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva e as evidências mais atualizadas sobre Covid e esse universo (Entrevistada F).

Considerações finais

O período de crise sanitária, causada pela pandemia de Covid-19, impactou na atuação dos movimentos feministas brasileiros em geral, e em relação à pauta do aborto em particular. Além disso, a pandemia colocou em evidência pautas que, segundo as entrevistadas, se mostraram mais urgentes, como a fome e o aumento da violência contra as mulheres. Com isso as energias dos movimentos feministas tiveram que ser divididas entre o direito ao aborto e essas questões mais imediatas de garantia da vida da população brasileira.

Ainda, como apontado, os movimentos viram as suas ações limitadas devido às medidas de distanciamento social impostas. Atuando, durante boa parte do período da pandemia, pela internet, com a realização de cursos e encontros para se discutir essa temática. Sendo ressaltado que o ativismo online já vinha sendo praticado pelas feministas, tendo se aprofundado nesse período. O uso da internet também foi essencial para divulgar o posicionamento dessas organizações contra os retrocessos que estavam sendo promovidos pelo Governo Federal. O Executivo nacional lançou portarias com o objetivo de restringir a realização do aborto já previsto em lei. Diante desse cenário de retrocesso no direito ao aborto, as feministas se posicionaram publicamente, através de suas plataformas de redes sociais, divulgando notas de repúdio. Dessa forma, os tipos de ações realizadas neste período foram, de forma sistematizada, a incidência sobre os três poderes a partir da articulação das mídias sociais, requerimentos de informação e denúncias contra as limitações dos serviços de



abortamento legal e a realização de oficinas, reuniões e incidência política através de plataformas de mídias sociais.



Referências Bibliográficas

CFEMEA (2020). **Mulheres e resistência no Congresso Nacional**. Brasília. Relatório.

HOLLANDA, Heloisa; COSTA, Cristiane (2018). Rede. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Explosão feminista** – arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Cia. das Letras.

SARMENTO, Rayza (2021). Ativismo Feminista Online: mapeando eixos de atuação. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 7, n. 1, 19-37.

ZAREMBERG, Gisela; ALMEIDA, Debora. (2021). Blocking anti-choice conservatives: feminist institutional networks in Mexico and Brazil (2000–2018). **International Feminist Journal of Politics**, v. 23, n. 4, 600–624.

